

# Normalização de Originais

**Lélia Galvão Caldas da Cunha**

Professora Titular da Universidade Federal  
Fluminense  
Assessora da Biblioteca Nacional

## SINOPSE

Os problemas enfrentados na organização da informação especializada ressaltam, sempre cada vez mais, a necessidade de disciplinar o trabalho intelectual, através de sua apresentação normalizada. Se organismos internacionais e nacionais de vários países têm procurado contornar tais problemas, o Brasil também a eles tem dedicado atenção especial, propondo, discutindo, estabelecendo e divulgando normas para preparo de originais, sejam eles livros, folhetos ou artigos de periódicos. Todo estudioso-autor é um centro produtor de informações e, por isso mesmo, deve aceitar a responsabilidade de comunicar adequadamente os resultados de seus estudos e adotar, para tal tarefa, a mesma seriedade com que desenvolveu o trabalho de pesquisa.

## 1 – COMUNICAÇÃO DO TRABALHO INTELLECTUAL

Os principais problemas de informação decorrem, como se sabe, da necessidade de organizar adequadamente o acervo de documentos resultantes do progresso do conhecimento humano, dificuldade que se agrava constantemente com a contribuição sempre crescente que lhe é adicionada permanentemente. Outro importante fator entrava as tentativas de solucionar, a contento, aqueles problemas : é o interesse em assegurar a rápida distribuição de novos conhecimentos.

Se, o vasto mundo da documentação tem raízes nos resultados obtidos pelos que se dedicam ao estudo e à pesquisa científica ou técnica ou a qualquer outro tipo de atividade cultural, tais resultados-revelados, geralmente, através de publicações independentes ou de artigos de revistas e regididos pelos próprios interessados em divulgar o trabalho efetuado — são, em última análise, a fonte de

todas as informações especializadas.

Seja qual for a forma de divulgação desses trabalhos (circulação restrita, reservada apenas aos membros de determinada instituição, publicação como parte de atas ou anais de congressos, em livros, ou em periódicos de grande tiragem), as novas informações deles emanadas se acham dispersas por considerável volume de literatura impressa. Capacidade para transmitir ou transferir essas informações, interesse em comunicar mais fácil e rapidamente esses resultados obtidos deveriam ser, portanto, qualidade — ou, até mesmo, condição — inerente ao desenvolvimento do próprio estudo ou da própria pesquisa.

A rapidez e eficiência com que se opera a transferência da informação dependem de fatores diversos, entre os quais figuram os que dizem respeito à estrutura e apresentação dos trabalhos redigidos pelos diferentes autores e dos veículos de comunicação escrita e impressa que estes venham a utilizar. No entanto, o que ocorre repetidamente é o autor de um trabalho intelectual — ou, em seu lugar, o responsável por sua edição e difusão — não se preocupar com a maneira como se desenvolve a circulação das informações que tentou divulgar ao publicar o que escreveu.

Essa difusão de informações precisa ser processada de alguma forma e através de sistema que permita pronta assimilação. Isso levanta a questão de padrões ou normas reconhecíveis em bases nacionais e, especialmente, internacionais. Em todas as fases do processo informativo — começando com a expressão do pensamento pelo autor de um trabalho intelectual atinente a qualquer campo de especialização e concluindo com os serviços que esse trabalho venha a prestar aos seus possíveis leitores — a padronização ou normalização é altamente valiosa.

## 2 – IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO

Antes de começar a redigir qualquer documento, seu autor estabelece um método de raciocínio e, posteriormente, um método de execução. Tal fato determina as duas etapas da organização do trabalho intelectual, etapas distintas mas de sérias implicações entre si: a elaboração e a apresentação, ou sejam, a análise do documento quanto à técnica de redação e quanto à sua disposição material e gráfica.

Freqüentemente, bibliotecários, documentalistas e técnicos em bibliografia são consultados a respeito de normas a serem adotadas, por autores diversos, durante o preparo de trabalhos para publicação. Isso significa que, embora as normas estabelecidas até a presente data não possam ser consideradas universais, muitos autores e profissionais de todos os campos reconhecem que um mínimo de padronização na preparação de originais favorece sua divulgação através dos diferentes instrumentos da pesquisa bibliográfica especializada.

Sabe-se que a matéria contida nas publicações especializadas é, geralmente, localizada graças aos índices bibliográficos e às bibliografias de resumos ("abstracts"), que representam um meio de cada indivíduo se conservar em dia com o progresso dos conhecimentos e cujos objetivos são propiciar a pesquisa da literatura específica a cada caso.

Os serviços responsáveis pela compilação e publicação de tais fontes informativas — além de outras incumbências que lhes possam caber — enfrentam enormes dificuldades para coligir e organizar os dados bibliográficos necessários. O obstáculo maior e mais freqüente resulta exatamente da circunscrição de autores e editores incorrerem, por falta de normalização, em erros e omissões quase criminosos do ponto de vista da divulgação do que escrevem e editam.

O drama vivido, no Brasil, pelas entidades dedicadas a atividades bibliográficas é semelhante ao que se desenrola em centros de documentação de outros países, desprovidos, como o nosso, de determinadas medidas legais ou simplesmente normativas que diminuam os empecilhos encontrados, a cada passo, por bibliotecários e documentalistas, para levarem a cabo a missão de informar e concorrer para a consecução plena da finalidade primordial dos autores; atingir o usuário em potencial, que é o público em geral.

### 2.1 – Âmbito internacional

O estabelecimento de normas para elaboração e apresentação de originais tem sido objeto de estudos tanto no plano internacional como em diferentes países, o que prova o constante interesse pela uniformização.

Uma comissão, composta de membros da UNESCO, da Federação Internacional de Documentação, do Conselho Internacional de Uniões Científicas,

da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e da Organização Internacional de Normalização, redigiu e divulgou um texto sobre padronização de publicações científicas, em que determina algumas regras a serem respeitadas pelos autores e editores de trabalhos desse gênero. Trata-se do "Código de Boa Prática em Matéria de Publicações Científicas", que, além de publicado em diversas revistas especializadas, já foi traduzido em muitos idiomas e cuja primeira parte se refere à adoção definitiva da sinopse (que é o resumo elaborado pelo próprio autor), de acordo com as recomendações de outro documento já conhecido internacionalmente: "Guia para Redação de Sinopses". A segunda e a terceira parte daquele mesmo "Código" referem-se, respectivamente, à definição das categorias dos textos científicos, indicando os aspectos característicos de cada uma delas, e à redação desses textos, chamando a atenção dos autores para a importância de aceitar padrões internacionais nesse sentido. Finalmente, a quarta e última parte é destinada também aos editores de revistas e outras publicações científicas, tentando despertar neles interesse em assegurar obediência às normas propostas.

O órgão máximo internacional, especificamente dedicado ao assunto, sob todos os aspectos aplicáveis, é a Organização Internacional de Normalização (International Standardization Organization-ISO), que, por meio de dois comitês especiais — um de Terminologia e outro de Documentação — vem elaborando e difundindo algumas normas parciais com relação a diferentes problemas de normalização de originais. Dentro do comitê de Documentação — o ISO/TC 46 — já foi até constituído o Grupo de Trabalho 7, dedicado exatamente a estudos sobre a apresentação de publicações. É o ISO/TC 46/GT 7, cujo Secretariado funciona na Association Française de Normalisation.

### 2.2 – Conjuntura brasileira

Se, no Brasil, a maioria das publicações aparece em total indisciplina do ponto de vista da padronização, tal não se deve à ausência de uma entidade devotada à normalização. A Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), constituída em 1955, tem, desde então, desenvolvido fecundas realizações no seu campo de ação, projetando, discutindo; elaborando e difundindo muitas normas relacionadas, de algum modo, com o assunto a que se dedica. Com a cooperação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), já divulgou muitas dessas normas, em duas edições (1960 e 1964) de "Normalização da Documentação no Brasil", obra em que estão incluídas algumas regras aplicáveis à apresentação de originais.

De acordo com o processo de elaboração de normas tradicionalmente democrático, adotado tanto no plano internacional como em todos os países, as

que a seguir se mencionarão foram estabelecidas mediante sugestões, estudos e críticas julgadas oportunas e, somente após larga e longamente discutidas por especialistas diversos, divulgadas para receber novas sugestões dos interessados e submetidas à votação dos membros da ABNT, se transformaram ou se transformarão em regras definitivas. No entanto, sua ampla aplicação prática é que possibilita, justamente, o constante aperfeiçoamento de cada uma delas, visando a revisões e alterações mais convenientes, uma vez que podem ser, sempre que necessário, modificadas, segundo os Estatutos da própria entidade normalizadora.

### 3 – APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

Assim, este capítulo se destina a divulgar as normas brasileiras existentes, para que os autores que, porventura, ensaiam os primeiros passos no preparo de originais, encontrem aqui, resumidas, as regras que se recomendam em cada caso particular.

#### 3.1 – Livros e folhetos

Tendo por objetivo descrever a forma de apresentação de publicações não periódicas, para facilitar os trabalhos de produção e individualização da obra, bem como a elaboração de catálogos de editores e bibliotecas, e de bibliografias, a *PNB-217: Apresentação de livros e folhetos* define esses dois tipos de documentos e seus elementos e respectivas partes, como sobrecapa, capa, folha-de-guarda, falsa folha-de-rosto, folha-de-rosto, dedicatória, epígrafe, sumário, introdução, prefácio, texto, apêndice, suplemento, índice, título corrente, bibliografia etc.

Especifica não só a ordem em que devem figurar tais elementos e partes como o tipo e número de informações e dados bibliográficos que aparecem em alguns desses elementos.

Se a capa e a sobrecapa podem ficar a critério da liberdade artística do autor ou editor, convém que contenham, pelo menos, o título da obra. No entanto, todos os dados indispensáveis à identificação da obra figuram na chamada folha-de-rosto e, segundo a norma em questão, devem aparecer em determinada ordem. Para o verso da folha-de-rosto irão ainda alguns outros elementos também importantes.

Convém ressaltar que a *PNB-217* aconselha situar no verso da falsa folha-de-rosto, entre outras indicações, a reprodução da ficha catalográfica correspondente à obra, recomendando portanto a adoção definitiva da catalogação-na-fonte, que o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, na Guanabara, e a Câmara Brasileira do Livro, em São Paulo, vêm desenvolvendo, desde 1971, em cumprimento a decisão emanada do 4º Encontro de Editores e Livreiros, realizado em São Lourenço, MG, em junho do mesmo ano.

A propósito dessa atividade de catalogação-na-fonte,

vale salientar que se trata de trabalho levado a efeito através da colaboração das grandes empresas editoras brasileiras e que tem sido de grande auxílio na formação e uniformização dos catálogos das bibliotecas do País. Além de ativarem o mercado editorial e acelerarem a divulgação da produção livresca nacional, no Brasil e no Exterior, os Centros de Catalogação-na-Fonte daquelas duas entidades (SNEL e CBL) possibilitam às bibliotecas brasileiras solicitarem cópias das fichas dos livros ainda em processo de publicação, o que lhes oferece o conhecimento antecipado do que está sendo impresso, facilita as encomendas de material bibliográfico diretamente às editoras e o que é de grande interesse — permite o levantamento de bibliografias ditas "prospectivas", por serem preparadas a partir de literatura ainda inédita.

Voltemos, porém, à *PNB-217*, a qual, para elaboração e localização do sumário, muitas vezes impropriamente chamado índice, menciona a norma oficial respectiva — a *NB-85: Sumário de periódicos e outros documentos* — que se aplica a todos os documentos de certa extensão, que exijam visão de conjunto dos assuntos tratados, uma vez que ele é a enumeração resumida das principais divisões, capítulos, seções, artigos e contribuições, na mesma ordem em que se sucedem no corpo da obra.

Estranhamente, a norma projetada para apresentação de livros e folhetos não cita a ocorrência da sinopse e do resumo, embora a *NB-87: Sinopses e resumos* seja aplicável não só a artigos de revista como a livros e outros documentos. A inclusão de sinopse e resumo é de grande importância, pois teses, monografias, relatórios etc. se, quase nunca, atingem um volume de páginas que os façam considerar como livros, dão, em compensação, nascimento a uma quantidade imensa de folhetos especializados.

A bibliografia e o índice, isto é, a lista de fontes bibliográficas utilizadas pelo autor e a lista minuciosa dos assuntos, nomes de pessoas, nomes geográficos, acontecimentos etc. com a indicação de sua localização no texto, têm também normas específicas, mencionadas na *PNB-217*. São elas a *PNB-66: Referências bibliográficas* e a *PNB-124: Índice de publicações*.

O texto de um livro ou folheto é a parte que contém a exposição da matéria e, quando ele compreende um documento submetido a discussão, apreciação ou inquérito ou quando constitui um livro técnico ou didático, recomenda-se especialmente a adoção de um sistema de numeração progressiva, de modo a permitir exposição mais clara do assunto. Embora a ABNT já tenha divulgado a *NB-69: Numeração progressiva das seções de um documento*, aplicável a certos livros e folhetos, a *PNB-217* não a cita ao tratar do texto dos mesmos.

### 3.2 – Publicações Periódicas

A inegável contribuição que as publicações periódicas oferecem à composição de registros informativos tem sido sobejamente enaltecida e já, muitas vezes, lembrado o papel relevante que, para a rápida divulgação dos trabalhos e descobertas recentes, representa o periódico especializado.

Essa importância das revistas pode ser resumida em alguns tópicos, a saber: prestam informações mais atuais do que qualquer livro; contêm matéria sobre assuntos acerca dos quais, às vezes, não se pode conseguir nenhuma outra obra, principalmente temas de interesse local ou temporário, não apresentados, ainda, sob a forma de livro; reúnem a colaboração de autoridades, especialistas e técnicos, que, em freqüentes casos, nunca escrevem livros; quando incluem sumário e resumos dos artigos publicados, facilitam a busca de resposta a perguntas diversas; como, em maioria — o que, infelizmente, não acontece no Brasil — publicam seu próprio índice anual ou cumulativo, constituem elemento do mais alto valor para a pesquisa de literatura especializada.

O número de revistas existentes na atualidade atinge proporções fantásticas e, dentro dessa densa produção, um dos mais graves inconvenientes do uso dos periódicos nos trabalhos de documentação e informação deriva, justamente, da incapacidade ou resistência dos editores em reconhecerem a importância de preceitos normativos no que concerne à apresentação das publicações e dos artigos que elas contém. Em conseqüência, gera-se lamentável diversidade de formato, tratamento do título escolhido, paginação adotada, seriação de volumes e fascículos, métodos de indexação, e instruções ou especificações transmitidas habitualmente aos diferentes e possíveis colaboradores de cada número do periódico.

Embora, há algumas décadas, tenham surgido certas recomendações no sentido de melhorar tal situação, somente a partir de data relativamente recente é que os resultados dessas tentativas passaram a ser mais animadores, objetivando a formulação de normas a orientar autores e editores na produção de novos periódicos ou nas modificações planejadas para os já existentes.

No Brasil, essas tentativas encontraram eco na ABNT da qual, tal como no caso das publicações não periódicas, também emanaram normas apropriadas. Uma delas, intitulada especificamente *NB-62: Apresentação de publicações periódicas*, tem por finalidade estabelecer uma técnica para o aspecto das revistas (de natureza cultural, principalmente), de maneira a facilitar o uso destas nos processos de informação. Fixa padrões para escolha de título, formato, numeração de volumes e fascículos, capa, folha-de-rostro, indicação de alterações e critérios a adotar nos eventuais suplementos. Constitui a regra mestre para a apresentação de revistas, mas

implica no emprego de outras normas, por sua vez recomendáveis à própria apresentação dos periódicos, como as que abordam a exigência da legenda bibliográfica, do sumário e do índice e a disposição gráfica e textual dos artigos.

A *NB-83: Legenda bibliográfica* refere-se ao conjunto resumido de dados essenciais à identificação imediata do periódico, conjunto esse que deve figurar na capa, na folha-de-rostro e em cada uma das páginas da publicação. Suas vantagens são: reunir páginas extraviadas, facilitando a correspondente inserção no lugar apropriado, e tornar mais econômica a reprodução fotográfica ou xerográfica das partes que compõem o artigo desejado, sem que, para isso, seja necessário reproduzir também outras partes da publicação que tem os elementos identificadores do periódico no todo. Dessa maneira, a legenda contribui para acelerar e, conseqüentemente, baratear as operações de registro bibliográfico e referência documental.

O sumário e o índice são regidos, respectivamente, pelas *NB-85* e *PNB-124*, já citadas quando descrita a apresentação de originais de livros e folhetos. Para orientar redatores e colaboradores de publicações periódicas, no sentido de um planejamento racional e uniforme da estrutura dos artigos nelas contidos, a *NB-62: Apresentação de artigos de periódicos* especifica os termos do cabeçalho dos artigos e os critérios a seguir quanto às ilustrações e à paginação. Outras normas, ainda, complementam a de apresentação dos artigos, como as já mencionadas anteriormente e correspondentes à elaboração de sinopses e resumos (*NB-87*) — visando à maior difusão daqueles — à referência bibliográfica (*PNB-66*) — que fixa os padrões para citar as publicações porventura referidas no texto — e à numeração progressiva (*NB-69*) — que descreve um sistema de numerar racionalmente as partes em que se divide um artigo.

Associada estreitamente à norma para legenda bibliográfica, há a *NB-60: Abreviação de títulos de periódicos*, que tem por objetivo uniformizar a abreviação dos títulos das revistas, determinando, porém, os limites extremos a não ultrapassar na abreviatura.

### 4 – CONCLUSÃO

Todo trabalhador intelectual precisa aceitar a responsabilidade de comunicar adequada e amplamente os resultados de seus estudos e pesquisas, adotando, para tanto, a mesma seriedade, dedicação e disposição de espírito com que encara a responsabilidade de planejar e executar os estudos e as pesquisas que lhe cabem. É evidente a importância atribuída ao modo de redigir e apresentar comunicações científicas, técnicas e culturais de modo geral, pois contam com público certo e permanentemente interessado e de que advém o sempre crescente progresso da Ciência.

Ainda que o prazer de estudar e pesquisar possa constituir relevante parcela da atividade de cada indivíduo, os resultados do trabalho por este realizado não podem permanecer ignorados, por falta de divulgação adequada. Qualquer informação especializada será inútil se não chegar ao conhecimento de outros homens de estudo ou de ciência, para ser por eles utilizada proveitosamente.

Se se considera cada estudioso-autor como um centro produtor de informações, às quais se deseja dar difusão através de um perfeito sistema de comunicação, cabe-lhe zelar pela apresentação apropriada dos resultados de suas observações, experiências ou investigações e influir, no mesmo sentido, junto aos responsáveis pelo veículo de difusão empregado, seja este livro, folheto ou artigo de periódico.

Os cânones para favorecer o fluxo dessas informações obedecem a uma técnica ainda desconhecida de muitos, mas que pode ser divulgada entre os que quiserem aplicar. Por qual razão ou sob qual pretexto continuar a ignorá-la se, nesse setor da atividade humana, também já se comprovou, quase de maneira contundente, a extraordinária utilidade da normalização?

## 5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro — *Normalização da documentação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964. 127p.

\_\_\_\_\_ — *PNB-124: índice de publicações* [Rio de Janeiro] 1971. 3 f. (para votação)

\_\_\_\_\_ — *PNB-217: Apresentação de livros e folhetos, em estágio experimental. Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 1(2): 115-8, 1972.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — *Elaboração e apresentação de trabalho científico*. In: \_\_\_\_\_ *Guia de pesquisa bibliográfica em assuntos rodoviários*. Rio de Janeiro, 1965. p. 81-91.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO — *Esboço de um programa de trabalho a longo prazo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960. 41 p.

HOUAISS, Antônio — *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967. 2 v.

MIKHAILOV, A. I. & GILJAREVSKY, R. S. — Information and bibliographic publications: sources of data on literature. In: \_\_\_\_\_ *An introductory course on informatics/documentation*. The Hague, International Federation for Documentation, 1971. p. 42-62.

UNESCO — *A code of good practice for scientific publications*. Paris. 1962, 6 p.

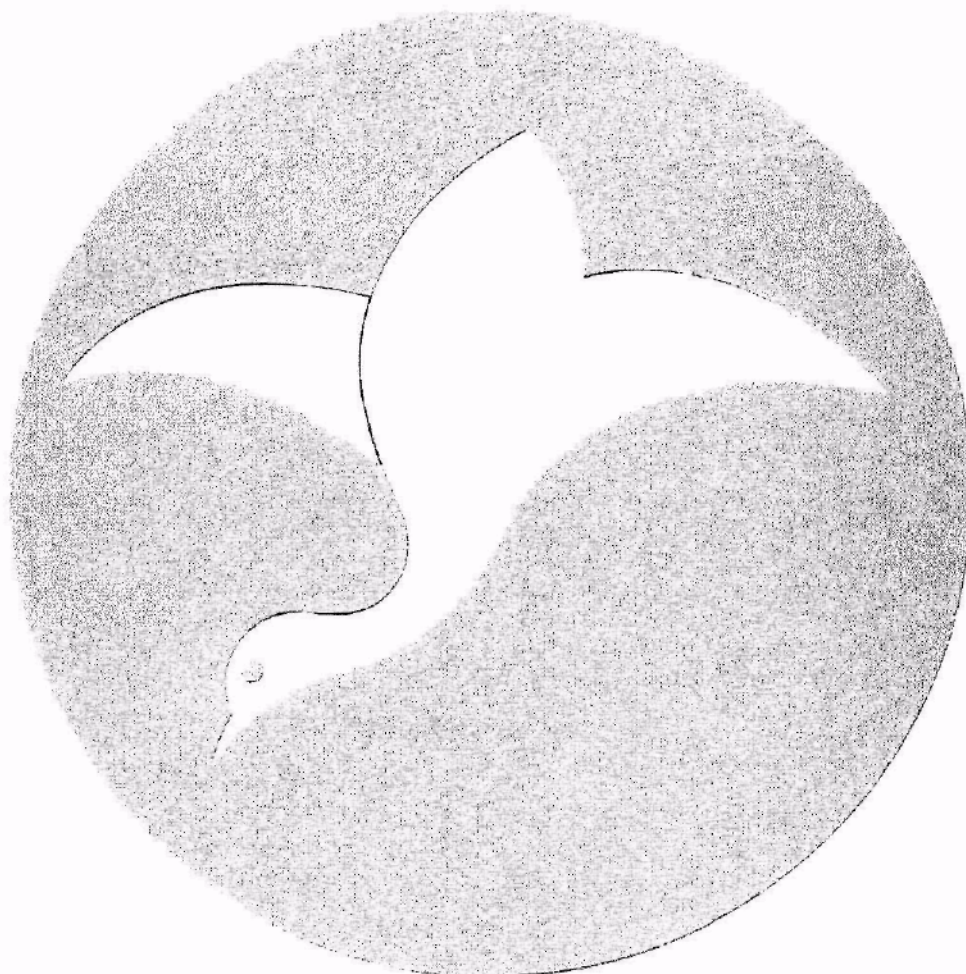
\_\_\_\_\_ — *Bibliography of publications designed to raise the standard of scientific literature* [Paris, 1963] 83 p.

## SYNOPSIS

The organization of specialized information has to face problems that point out, in an increasing degree, the needs to tidy the intellectual production through its standardized presentation. Brasil — as well as several countries, through national and international institutions — has been trying to cope with standardization problems by means of suggesting, discussing, establishing and disseminating norms concerning the presentation of documents, regardless their physical form: books, leaflets, journal articles.

Every scholar-author is a potential information production centre — and for this very reason he must accept the responsibility of adequate standardized communication of his studies results adopting, for this communication — as far as physical presentation is concerned — the same accuracy and seriousness betoken in his research.

(Recebido para publicação em junho de 1973)



# **BÔNUS DA UNESCO**

FACILITAM A IMPORTAÇÃO DE:  
REVISTAS-LIVROS-MATERIAIS CIENTÍFICOS-  
AUDIOVISUAIS E VIAGENS DE ESTUDO  
SEM SAÍDA DE DIVISAS.

**IBECC**

AGÊNCIAS:

RIO-PRAIA DE BOTAFOGO, 186-S. 101  
SÃO PAULO - AV, 9 DE JULHO, 2029  
BRASÍLIA - S.Q. 104 BLOCO A LOJA 11

